

IMOCOP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.757.934/0001-84

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)				BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.413	1.616	Fornecedores		-	92
Aplicações financeiras	6	541	-	Impostos e contribuições a recolher		135	116
Contas a receber de clientes	7	680	639	Dividendos a pagar	11	670	793
Outras contas a receber	8	-	6	Total do passivo circulante		805	1.001
Total do ativo circulante		2.634	2.261	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Operações de mútuo		90	-
Operações de mútuo	11	63.579	37.376	Passivo fiscal diferido		44	44
Aplicações financeiras	6	-	24.510	Total do passivo não circulante		134	44
Outras contas a receber	8	773	773	Patrimônio líquido			
Propriedade para investimento	9	5.019	5.038	Capital social		21.127	21.127
Total do ativo não circulante		69.371	67.697	Reserva legal		3.337	3.196
				Reserva de retenção de lucros		46.000	43.988
				Reservas de reavaliação		602	602
				Total do patrimônio líquido	12	71.066	68.913
				Total do passivo		939	1.045
				Total do passivo e patrimônio líquido		72.005	69.958
Total do ativo		72.005	69.958				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
Em 2018	21.127	3.029	41.612	602	-	66.371
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.336	3.336
Reserva legal	-	167	-	-	(167)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(793)	(793)
Retenção de lucro	-	-	2.376	-	(2.376)	-
Em 2019	21.127	3.196	43.988	602	-	68.913
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.823	2.823
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	141	-	-	(141)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(670)	(670)
Retenção de lucro	-	-	2.012	-	(2.012)	-
Em 2020	21.127	3.337	46.000	602	-	71.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Imocop Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem sede na capital do estado de São Paulo e tem como objeto social a administração por conta própria ou de terceiros de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras sociedades. **Impacto do Coronavirus (COVID-19) nas Demonstrações financeiras:** A epidemia de Covid-19 trouxe aos mercados em geral (financeiro, de câmbio e de commodities) significativa volatilidade, com impactos diretos de redução de consumo e também um clima de grande incerteza sobre o futuro. Por ter início de maneira mais relevante no Brasil, somente na segunda quinzena de Março/2020 (último mês da safra), teve pouco efeito nas operações da Companhia, que continuou operando normalmente. A direção da Companhia acompanha atentamente a todos os eventos e desdobramentos relacionados ao COVID-19 tomando as medidas necessárias para a apropriada gestão e minimização de potenciais impactos aos negócios.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 29 de maio de 2020. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos contábeis significativos são: propriedade para investimento (Nota Explicativa nº 9) e arrendamento mercantil operacional (Nota Explicativa nº 13). **d. Mensuração de valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo. Tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27a, c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício. As demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável o valor justo, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas aquele ativo ou passivo.

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Mudança nas principais políticas contábeis:** Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. *(i) Aspectos gerais:* O CPC 06(R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e o passivo com apropriação de encargos financeiros. O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir: • Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor. • O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O CPC 06(R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas na adoção inicial em 1º de abril de 2019: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses. *(ii) Transição:* A luz da referida norma contábil, a Empresa não identificou impacto significativo na adoção do CPC 06(R2). **b. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional da venda de bens e locação é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de venda de bens puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não houver envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **c. Receitas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras. **d. Imposto de renda e contribuição social - Lucro presumido:** O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%. Acredita do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. **e. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico no reconhecimento inicial e, subsequentemente, quando relevante, ao valor justo, sendo quaisquer alterações no valor justo reconhecidas no resultado. O custo inclui a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **f. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: • Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir: • Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço

patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a preço justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **g. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **h. Ativos arrendados:** Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de abril de 2019. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial pelo seu custo histórico. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis da Companhia como arrendador no exercício comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). **i. Redução ao valor recuperável (impairment):** A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo e o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de vendas" como perdas de créditos estimadas em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que refleta as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC, ou grupo de UGCs, a qual o ativo corporativo pertence em uma base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e, então, se ainda houve perda remanescente para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*. **J. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de abril de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15) - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23) - IFRS 17 Contratos de Seguros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Banco - conta movimento	1.413	55
Aplicações financeiras	-	-
Total	1.413	1.616

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, em CDIs remunerados substancialmente a 98% da variação do CDI-CETIP (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de março de 2019, possuindo liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 10.

6. Aplicações financeiras

A Companhia possui o montante de R\$ 541 de aplicações financeiras em 31 de março de 2020, remunerados substancialmente a 98% da variação do CDI-CETIP (Certificado de Depósito Interbancário), com prazo de 2 anos, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato.

7. Contas a receber de clientes

	Nota	2020	2019
Clientes - Mercado interno		124	115
Partes relacionadas	11	556	524
Total		680	639

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 10. Os critérios para avaliação das "perdas de crédito esperadas" estão divulgados na Nota Explicativa nº 4 (i).

8. Outras contas a receber

	2020	2019
Venda de imóveis	631	631
Outros	142	148
Total	773	779
Circulante	-	6
Não circulante	773	773

9. Propriedade para investimento

	Construções e Imobilizações		
	Terrenos	beneficiárias	em curso
Saldo em 2018	3.380	1.657	- 5.037
Adições	-	-	305 305
Saldo em 2019	3.380	1.657	305 5.342
Adições	-	-	54 54
Transferências	-	360	(360) -
Saldo em 2020	3.380	2.018	- 5.398
Depreciação	-	-	-
Saldo em 2018	-	(238)	- (238)
Depreciações do exercício	-	(66)	- (66)
Saldo em 2019	-	(304)	- (304)
Depreciações do exercício	-	(75)	- (75)
Saldo em 2020	-	(379)	- (379)
Valor líquido contábil			
Em 2019	3.380	1.353	305 5.038
Em 2020	3.380	1.639	- 5.019

A Companhia possui os seguintes imóveis mantidos como propriedade para investimento: Estação Experimental em Camamu - BA; Centro de Tecnologia em Piracicaba - SP; e Fazenda em Paulínia - SP, por meio de arrendamento mercantil operacional. Para as duas primeiras propriedades, o contrato de arrendamento foi renovado, passando a vigorar até 5 de agosto de 2028; para a Fazenda em Paulínia, o prazo de vigência é de cinco anos, com opção de renovação para o mesmo exercício. Nenhum aluguel contingente é cobrado. A Companhia construiu um Sistema de Combate a Incêndio da unidade arrendada a Estação Experimental de Camamu - BA no valor de R\$ 360. Os imóveis são depreciados linearmente e possuem vida útil média de 25 anos. A Administração entende que o valor de mercado dos bens é o valor de custo, líquido da depreciação, uma vez que beneficiários desses ativos são realizadas pelo arrendatário. Desta forma, a Administração não submeteu tais bens para avaliação do valor de mercado.

10. Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: Durante os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Valor contábil	2020	2019
Valor justo (a)			
Aplicações financeiras (Notas 5 e 6)	541	26.071	
Custo amortizado			
Banco - Conta movimento	1.413	55	
Contas a receber de clientes	680	639	
Operações de mútuo	63.579	37.376	
Outras contas a receber	773	779	
Fornecedores	-	92	

(a) A tabela acima fornece uma análise do instrumento financeiro mensurado ao valor justo após o reconhecimento inicial, agrupado no nível 2, com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na Nota Explicativa nº 2 d. Não inclui informações sobre o valor

DIRETORIA

	DIRETORIA				CONTADORA				
Luis Roberto Pogetti	João Roberto Gonçalves Teixeira	Julio Alvarez Boada	Matheus Cotta de Carvalho	Pedro Augusto Paranhos de Oliveira	Tomás Caetano Manzano	Vanessa Siqueira Samejima			
Diretor Presidente	Diretor Superintendente	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	CRC ISP 238.292/0-0			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é o alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação de fatos inverídicos. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2020	2019
Receitas líquidas	14	3.363	3.129
Lucro bruto		3.363	3.129
Despesas administrativas	15	(189)	(400)
Outras despesas		(73)	(68)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		3.101	2.661
Receitas financeiras	16	815	1.520
Despesas financeiras		-	(9)
Resultado financeiro líquido		815	1.511
Resultado antes dos impostos		3.916	4.172
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.093)	(836)
Lucro líquido do exercício		2.823	3.336

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)			
	2020	2019	
Lucro líquido do exercício	2.823	3.336	
Resultado abrangente total	2.823	3.336	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)			